

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 086

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
024 DE JUNHO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Antonio Anibelli, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Nelson Garcia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1704**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, regime de urgência, ao Projeto de Lei nº 407/2002, de autoria da Procuradoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre a gratificação especial de produtividade do servidores do Ministério Público do Estado.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 1723**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido regime de urgência ao Projeto de Lei nº 216/2001, de nossa autoria, onde as empresas de ônibus ficam obrigadas a conceder gratuidade nas passagens intermunicipais para idosos acima de 65 anos.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O mencionado plano de lei de nossa autoria, já transitou na Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, que em ambas recebeu parecer favorável e por essa razão entendemos justo o regime de urgência.

Esperamos a concordância de todos os nobres colegas.

**REQUERIMENTO Nº 1754**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 1713**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 02 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 299/2002, item 04, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 1703**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 202 e 360/2002, que

permite o parcelamento de débitos de estadia de pátio e guincho aos veículos apreendidos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1709

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ramiro Wahrhaftig, a liberação para a contratação de funcionários para o Hospital Universitário Regional da Universidade Estadual de Maringá, pedido já protocolado nessa Secretaria há vários meses.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Universitário Regional de Maringá, nos 10 anos de funcionamento, vem ampliando progressivamente sua participação no sistema de saúde. Inicialmente concebido para construir espaço de formação para alunos dos cursos de graduação, tem sido o seu desenvolvimento determinado pelas profundas transformações, ainda em curso, no sistema de saúde conseqüentes as mudanças constitucionais principalmente nos anos 90. Neste cenário o Hospital Universitário de Maringá vem sendo compelido a responder às demandas crescentes por serviços de pronto atendimento e hospitalares. Para o HUM convergem pacientes de aproximadamente 100 municípios e sua importância pode ser compreendida no fato de constituir-se em um único Hospital Público, viabilizando, inclusive, na prática o princípio constitucional de universalização dos serviços e ações de saúde em todos os níveis de assistência. Ressalta-se que tal crescimento vem se dando de forma desordenada e advém principalmente das dificuldades de acesso ao serviço de saúde, decorrentes de vários fatores, dentre elas a falta de funcionários para atender a demanda atual.

Assim sendo, solicitamos a liberação para a contratação emergencial de 193 servidores, pedido este que já foi encaminhado a essa Secretaria há vários meses.

#### REQUERIMENTO Nº 1719

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar ao Sr. Donizete Carnelos, pelo falecimento de seu pai, Sr. Valdemar Carnelos, ocorrido em Umuarama, no dia 21 de junho de 2002.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1720

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar ao Sr. Adelino Abadi, pelo falecimento de sua mãe, Sra. Tereza Medeiros Correa, ocorrido em Japurá, no dia 19 de junho de 2002.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de pesar aos pais e familiares de Rodrigo Torres Tramujas, falecido nesta Capital aos 20 dias do mês de junho de 2002, e com endereço à Rua Xavier da Silva, 258, Bairro Tuiuti, em Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUE, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Jane Sidney de Souza, ocorrido no dia 23 de junho de 2002, na cidade de Ivaiporã.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu esposo Sr. Celestino Alves de Souza e aos filhos Guerda, Débora, Wander, Carlos Henrique e Celestino Alves de Souza Júnior, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Professora Diva Proença, nº 30 - CEP.: 89.870-000 - Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1699

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Mariópolis, pelo transcurso, de seus 42 anos de emancipação política, no próximo dia 25 de julho/2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Neuri Roque Rosseti Gehlen, prefeito municipal, ao vice-prefeito senhor Nadir Perera, bem como a todos os vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 24.06.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sentimo-nos honrados em parabenizar, através desta proposição, a população amiga, ordeira e trabalhadora de Mariópolis, que continua colaborando para o

bem-estar do seus semelhantes e o progresso cada vez maior do município.

O fundamental é, portanto, o trabalho que vem sendo desenvolvido em conjunto - administração e povo, trazendo com isso, grandes benefícios para toda a região.

A história de Mariópolis é uma história de luta sempre renovada pela fibra de seu povo ao longo de seus 42 anos de emancipação politicamente organizada.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se às homenagens ora prestadas ao município de Mariópolis, com votos de muito sucesso.

#### REQUERIMENTO Nº 1700

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Rio Azul, pela passagem de seus 84 anos de emancipação política, no próximo dia 14.07.2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Vicente Solda, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Jaciel Buco Martins bem como a todos os vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 24.06.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição homenageamos toda a população de Rio Azul na data festiva da comemoração de seus 84 anos de emancipação política.

O Paraná tem tradição, tem história e tem heroísmo.

Nossa tradição não é baseada em lenda, não se formou por contos, nem por ouvir dizer. Nossa tradição, nossa história e a luta pela cidadania paranaense foram feitas com coragem, com espírito de luta, com briga mesmo; com sangue porque sangue é o tributo que cobram os heróis. E, onde os heróis derramam o seu sangue pelos ideais da pátria e da humanidade, é um chão sagrado.

O município de Rio Azul é um desses locais. É um chão sagrado. Portanto, toda a população merece nosso reconhecimento, admiração e nosso respeito.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, congratula-se com a laboriosa população de Rio Azul, com a firme confiança de que continuará na luta pelo ideal maior que é o bem-estar de todos.

#### REQUERIMENTO Nº 1706

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja registrado nos anais da Sessão de

hoje, votos de congratulações ao desembargador Gil Trota Telles, alusivo à sua ascensão ao cargo de presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, cuja posse ocorrerá no dia de hoje.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua João Parolin, nº 224 - CEP 80220-290 - Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1707

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja registrado nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao desembargador Moacir Guimarães, alusivo à sua ascensão ao cargo de presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, cuja posse ocorrerá no dia de hoje.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua João Parolin, nº 224 - CEP 80220-290 - Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1712

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de congratulações assim como a elaboração e concessão de Diploma de Mérito e Louvor ao Colégio Marista Paranaense, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, por ocasião do centenário de sua fundação.

Fundado em 22 de junho de 1902, pelo Bispo Diocesano D. José de Camargo Barros, administrado inicialmente pelos Lazaristas Diocesanos e mais tarde passando para os Irmãos Maristas, já em 1939.

Inicialmente tinha por função a formação seminária e ginásio, na modalidade de internato masculino.

Somente em 1975, a Instituição matriculou a primeira estudante feminina, passando a ser misto.

De um lado, trata-se de obra arquitetônica de composição barroca, arcádica e de outros movimentos, e que atualmente sobre verdadeira reforma por parte de seu atual diretor Irmão Frederico Unterberger.

De longa e sólida formação científica e humanística, passaram por este colégio vultos eméritos do Estado do Paraná, entre eles: Jânio Quadros, Ney Braga, Bento Munhoz da Rocha Neto, Newton Sampaio, João Cândido Ferreira, João Elísio Ferraz de Campos, Emílio Gomes Neto, Namir Piacentini, Edson José Mauad, Lindolfo Zimmer, Antonio Lopes de Noronha, José Geraldo Lopes de Noronha, João Paulo Lopes de Noronha, Jorge Brasil Pinheiro Machado, Ari Paiva Siqueira, Léo Fernando

Ditzel, Wilson Ribeiro de Andrade, Nilson Zattoni, Seme Raad, Joelson Zeno Sansonowski, Heraldo Stahlke, Carlos Marcondes Filho, Roberto Eloi Todeschini, Antonio Mário Todeschini, Renato Talamini, Antenor Demeterco Júnior, Sérgio Todeschini Alves, José Maria Jacob, Cícero Amaral Cattani, Theófilo Cunha Souza, Paulo Cunha Nascimento, Sydnei Mora, Tadeu Marino Loyola Costa, David Montes, Miguel Tomas Pessoa Filho, Romário José Borelli, Hélio Vianna, Dilson Barros, Luiz Carlos Zuk e tantos outros que têm dignificado a história do Estado do Paraná por seu ofício.

Sala das Sessões, em 24.06.2002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1716

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sindicato das Indústrias gráficas no Estado do Paraná, pela comemoração de seus 59 anos.

Sala das Sessões, em 24.06.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O SIGEP- Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado do Paraná, está comemorando 59 anos de sua fundação. É a entidade que congrega as indústrias do setor gráfico no Paraná.

Em 1º de julho de 1943, o SIGEP teve sua carta reconhecida pelo então Ministério de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

Com sede e foro em Curitiba, é constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica das indústrias gráficas. Tem como objeto principal o de representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria econômica, ou os interesses individuais de seus associados. E também o de celebrar contratos ou acordos coletivos de trabalho e colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo dos problemas que se relacionem com a sua categoria econômica. Colabora ainda com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social e promove a conciliação nos dissídios do trabalho. Atualmente, através da Câmara de Conciliação Prévia, atual conciliação de conflitos do capital e trabalho.

A indústria gráfica brasileira, de acordo com indicadores do Banco Central, IBGE E Abigraff Nacional faturou em torno de 6 bilhões e setecentos milhões de dólares, no ano de 2000 tendo 14.326 estabelecimentos produtores cadastrados e empregando 197.150 empregados. Também merece registro que a indústria gráfica brasileira investiu, nos últimos cinco anos, a média de 650 milhões de dólares ao ano, num esforço inequívoco de apropriação de novas tecnologias, para atender às demandas de mercado em virtude da globalização da economia mundial.

Pela comemoração de seus gloriosos 59 anos, receba o SIGEP (Av. Cândido de Abreu, 526 - cj. 511 e 512 - Torre A - 80530-905 - Curitiba/PR), através de seu presidente, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1717

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL, pela comemoração de seus 65 anos.

Sala das Sessões, em 24.06.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL, comemorou seus 65 anos de fundação.

A instituição tinha apenas sete anos quando empossou sua primeira diretoria, sendo o seu primeiro presidente o senhor David Dequech, proprietário da Casa Central de Tecidos e Cereais. A ACIL foi uma das primeiras organizações a influenciar diretamente o desenvolvimento econômico e político da cidade de mil habitantes, numa época que não havia telefonia nem iluminação.

Londrina cresceu e a ACIL, sempre ao lado de sua cidade, tem atualmente em seu balanço muitas campanhas que resultaram em conquistas como a instalação do Colégio Marista, a construção da Santa Casa, a ponte sobre o Rio Tibagi e o Aeroporto.

A ACIL tem um importante papel participativo no desenvolvimento não só comercial e industrial, mas também social de Londrina. Pela comemoração de seus gloriosos 65 anos, receba a Associação Comercial e Industrial de Londrina- ACIL, através de seu presidente (Rua Minas Gerais, 297 - 1º andar 80010-905 - Londrina/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1729

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, votos de congratulações e aplauso à cidade de Umuarama, pelo aniversário de sua fundação.

Outrossim, requer comunicação do feito à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Umuarama.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento vem demonstrar o reconhecimento do valor de Umuarama para todos os paranaenses. Essa espetacular cidade, fundada no dia 26 de junho, há 47 anos atrás, vem crescendo cada vez mais no nosso Estado. Prova disso é a sua economia que hoje se encontra entre as maiores do Paraná. Com seu povo

sendo um dos mais simpáticos do Estado e sua cidade de belezas inumeráveis, está cada vez mais conquistando uma posição de destaque entre nós.

Entre os grandes feitos dessa virtuosa cidade estão os postos de saúde nos bairros, o Programa de Habitação, seus eventos esportivos, as casas populares, a limpeza, a manutenção, a informática na educação e industrialização, entre outros.

Realmente, como podemos notar, essa cidade é um sinônimo de modernização, dinamização, avanço e progresso.

São estas as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, votos de congratulações e aplauso à cidade de Santa Izabel do Ivaí, pelo aniversário de sua fundação.

Outrossim, requer comunicação do feito à Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Ivaí, na Avenida Manoel Ribas, 470, CEP.: 87.910-000 - Santa Izabel do Ivaí-PR.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A maravilhosa cidade de Santa Izabel do Ivaí, fundada em 02 de julho de 1952, está fazendo aniversário. Apesar de não estar entre as mais populosas do Estado, com certeza, possui uma das populações mais simpáticas e bondosas do Paraná, fato que pode ser observado nas expressões de quem a visita. Seus cidadãos, com suas exemplares forças de vontade, estão cada vez mais lutando para colocar Santa Izabel do Ivaí num lugar de destaque e liderança em nosso Estado. Prova disso é o crescimento e expansão que a cidade vem realizando nessa trajetória de meio século. Podemos afirmar convictos, que este aniversário não é uma demonstração de velhice e sim de modernização e dinamização dessa admirável cidade.

#### REQUERIMENTO Nº 1731

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, votos de congratulações e aplauso à Igreja Presbiteriana de Curitiba, pela comemoração dos 114 anos de organização da Igreja.

Outrossim, requer comunicação do feito à Igreja Presbiteriana de Curitiba, na Rua Comendador Araújo, 343 - Centro, CEP.: 80.420-000 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A maravilhosa Igreja Presbiteriana de Curitiba vem há mais de um século prestando ótimos serviços

para a comunidade paranaense e brasileira. Através de seus exemplares e digníssimos representantes, vem dando esperança a este povo tão sofrido como o nosso, além de dar conforto com suas incríveis atividades. Outra coisa que todos nós não devemos esquecer é suas atividades de caráter social que visam adequar as pessoas para uma melhor convivência entre si e preparam as pessoas para modificar este mundo que se encontra cada vez mais egoísta e cruel.

Por todas estas razões e muitas outras é que não devemos esquecer essa Igreja, que com certeza tem um papel fundamental para todos nós.

São estas as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1732

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de São João, em comemoração ao aniversário de 42 anos do município e pela 43ª Festa do padroeiro São João Batista a ser comemorado em 24 de junho de 2002.

Do aprovado requer ainda, se dê ciência ao prefeito municipal de São João, Sr. Dirceu Mezzaroba, parabenizando-o também pela brilhante administração, e à Câmara Municipal de São João, em nome de seu presidente, vereador Altair José Gasparetto, no endereço: Prefeitura Municipal de São João, Avenida XV de novembro, 160, CEP.: 85.570-000 - São João -PR.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCHI

JUSTIFICATIVA:

O início da ocupação da região onde se encontra o município de São João deu-se por volta de 1950, quando pioneiros vieram atrás do extrativismo madeireiro, instalando uma serraria na área. Após a instalação da indústria começaram a chegar os comerciantes que faziam a troca ou permuta dos produtos agrícolas por mercadorias de necessidade como tecidos, armarinhos e ferramentas. Além da produção agrícola, era bem desenvolvida na região a criação de suínos. Criado através da Lei Estadual nº 4245, de 25 de julho de 1960, e instalado em 15 de novembro de 1961, foi desmembrado de Chopinzinho.

No dia 23 de junho iniciaram-se as festividades alusivas ao 42º aniversário do município de São João, e 43ª Festa do padroeiro do município, São João Batista.

Dentre as atividades comemorativas, várias atrações culturais e religiosas: procissão, missa em homenagem ao padroeiro, queima da fogueira de São João, apresentações artísticas, shows, etc, reunindo milhares de pessoas do município e região, que com muita alegria participaram das festividades de aniversário do município.

Com o presente requerimento queremos nos congratular com a administração municipal, bem como com

toda a população sanjoanense, comemorando mais um aniversário desse importante município de nosso Sudoeste.

#### REQUERIMENTO Nº 1733

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sindicato dos Consertadores de Carga e Descarga nos portos de Paranaguá e Antonina, pela posse de sua nova diretoria - gestão 2002/2005.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Consertadores de Carga e Descarga nos Portos de Paranaguá e Antonina está empossando nesta data a sua nova diretoria, eleita para a gestão 2002/2005, que ficou assim composta:

- Presidente: Vanderlei Mendes
- Secretário: Paulo Renato Fernandes Luiz
- Tesoureiro: Clarisvaldo Januário da Silva
- 1º Suplente: Sérgio Luiz da Rocha
- 2º Suplente: João Carlos Correa
- 3º Suplente: Evaldo Gabriel da Silva

DELEGADOS SINDICAIS JUNTO À FEDERAÇÃO:

**Titulares:**

- Clarisvaldo Januário da Silva
- Evaldo Gabriel da Silva

**Suplentes:**

- Erik José Miranda
- Júlio Cesar dos Santos Cordeiro

CONSELHO FISCAL:

**Titulares:**

- Leopoldino Carlos Silveira do Amarante
- Ascendino Machado dos Santos
- Cristian Cesar de Oliveira

**Suplentes:**

- Jesiel Fonseca dos Santos
- Antonio Tagliari
- Carlos José de Félix

A toda a nova diretoria eleita, com desejos de sucesso na nova gestão, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1734

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Marista Paranaense, pela comemoração de seus 100 anos.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Marista Paranaense está comemorando o seu centenário.

Uma das mais conceituadas e tradicionais escolas da nossa Capital, possui 1700 alunos, desde a educação infantil até o ensino médio e por ali já passaram muitos profissionais do nosso Estado.

Em cem anos de tradição o Colégio Marista promoveu algumas mudanças, como a aceitação de mulheres na escola - em 1972 apenas homens estudavam no Paranaense e o corpo docente também era exclusivamente masculino, pois o colégio era internato e a maioria dos professores eram Irmãos Maristas.

Muitos alunos lembram das lições que ali aprenderam, seja nas primeiras letras, seja nas primeiras experiências escolares e sociais que levaram para toda a sua vida, pois o colégio é um verdadeiro formador de cidadãos. Atualmente possui cerca de 1.700 alunos, ensinados por 90 professores. O prédio da escola foi tombado pelo patrimônio histórico do município em 1987.

Pela comemoração de seus gloriosos cem anos de fundação, receba o Colégio Marista Paranaense, através de seu diretor - Irmão Frederico Unterberger (Rua Bispo Dom José, 2674 - CEP.: 80440-080 - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1738

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos procuradores de Justiça, Drs. Nelson Antonio Muginoski, Ricardo Pires de Albuquerque Maranhão e Sérgio Luiz Kukina, por ocasião de sua posse no Ministério Público Federal, a ser realizada no dia 1º de julho de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos Drs. Nelson Antonio Muginoski, Ricardo Pires de Albuquerque Maranhão e Sérgio Luiz Kukina, por meio de correspondência a serem encaminhadas ao Ministério Público do Estado do Paraná, no Palácio da Justiça, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1736

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações à Tribuna de São José, na pessoa de seu diretor-presidente, Elon Bonim, pela passagem do quadragésimo quinto aniversário da sua fundação, ocorrido no dia 18 de junho passado.

Solicito a especial gentileza em notificar ao interessado acerca do voto em apreço até o dia 03/07/2002, cujo endereço é rua Joaquim Nabuco, 2.151, em São José dos Pinhais - CEP.: 83.005-160.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) MARCOS ISFER

## REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao jornal A Folha da Imprensa, alusivo ao seu 11º ano de fundação a ser comemorado em 25 de junho próximo.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao diretor-superintendente, senhor Maurício Orlando Mosson, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Machado de Assis, nº 462 - CEP 80030-370, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 1727

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de louvor ao senhor doutor Carlos Alberto de Carvalho, digníssimo secretário do Governo Municipal de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

## REQUERIMENTO Nº 1721

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente com caráter de urgência a todas as emissoras de rádio do Estado do Paraná, no sentido de estudarem a possibilidade de rodar algumas vezes por dia o CD "Fogo no Chão", volume 4, a segunda música de Edson Dutra, denominada "Tentação".

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Temos acompanhado diariamente emissoras de rádio, irmanadas diuturnamente na campanha contra as drogas.

Uma pesquisa divulgada pela Secretaria Nacional Antidrogas mostrou que a região Sul registra o maior índice de dependentes de maconha entre as regiões brasileiras.

A imprensa de hoje, divulga na pesquisa, Curitiba aparece como a segunda Capital brasileira com maior número de crianças entre 10 e 12 anos que já tiveram contato com álcool.

Os jovens estão começando a consumir drogas mais cedo. A porta de entrada para o vício é o álcool, droga lícita e aceita socialmente, infelizmente.

Hoje, foi aberta a 4ª Semana Nacional de Prevenção e a 7ª Semana Estadual de prevenção ao Uso de Drogas.

Esta a razão da nossa sugestão às emissoras de rádio do Paraná para rodarem a música "Tentação" do 4º volume de Fogo de Chão, cuja letra tem alguns trechos como:

"Não me ofereça, parceiro, essa tal de marijuana  
não quero ser escravo dependente...  
A erva que eu conheço é erva de chimarrão...  
A vida é maravilhosa, maravilhosa é a vida  
Não quero vida com droga  
Para não ser droga de vida...  
Não venha para o meu lado com essa tal de cocaína  
Nem adianta me dizer que é da boa e da fina...  
Aos jovens, eu digo, não percam com as drogas  
As suas liberdades, pois vocês constituirão  
O futuro de nossa pátria..."

A prevenção começa em casa.

A percepção de alguns sintomas serve de alerta aos pais, professores e parentes, para a conduta irregular dos jovens viciados, assediados por outros viciados ou por vendedores de tóxicos somente interessados em aumentar seus lucros com tráfico de drogas.

A adolescência é um período de mudanças radicais no corpo e na personalidade da pessoa, o que a torna vulnerável ao uso de drogas.

O consumo de drogas conduz o ser humano à morte prematura.

## REQUERIMENTO Nº 1724

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Paulinho Dalmaz, diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, solicitando a construção de um trevo de acesso, na Rodovia PR-486, entroncamento com a PR-323, entre os municípios de Alto Piquiri e Perobal.

Tal solicitação fundamenta-se no fato de que para que possamos atender os anseios da população e proporcionar-lhes conforto e segurança de vida, é fundamental a participação desse órgão.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Valter Richter, prefeito municipal de Alto Piquiri e a vereadora Maria Inês Silva Gomes, presidente da Câmara Municipal de Alto Piquiri (Rua Santos Dumont, 315 - CEP 87580-000), e senhor José Evangelista de Albuquerque, prefeito municipal de Perobal e vereador Valcir Costa Curta, presidente da Câmara Municipal de Perobal (Praça Curitiba, 1031 - CEP 87517-000).

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) NELSON GARCIA



## REQUERIMENTO Nº 1737

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à juíza Taís Schilling Ferraz, no Tribunal Regional Federal (TRF) de Porto Alegre / RS, solicitando seja encaminhado ao nosso gabinete na Assembléia Legislativa, cópia de seu despacho que confirma a constitucionalidade da Lei Estadual 13.051/2001, de autoria de Antonio Baratter.

A referida lei dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de telefonia de detalhar, nas respectivas faturas, todas as informações sobre ligações telefônicas urbanas.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) ADEMIR BIER

## REQUERIMENTO Nº 1742

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de expediente ao senhor Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações referentes às estradas rurais construídas no município de Formosa do Oeste, conforme segue:

- Qual o valor total repassado pelo Estado para construção e/ou reforma de estradas rurais, no município de Formosa do Oeste, nos últimos 05 (cinco) anos?

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se justifica na solicitação da população de Formosa do Oeste, que no exercício do direito de conhecer os atos do Executivo, enquanto cidadãos, necessitam do envio dos documentos supra-referidos para exercer uma fiscalização mais consistente a respeito do tema, bem como obter conhecimento de quanto e como estão sendo aplicados os recursos repassados pelo Estado.

## REQUERIMENTO Nº 1741

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando informações referentes às obras realizadas na estrada que liga os municípios de Itaguajé e Colorado, conforme segue:

1) Qual o valor total repassado pelo Estado para realização das obras de tapa buracos e colocação de lama asfáltica no trecho que liga Itaguajé a Colorado?

2) Qual o valor repassado à empresa Basalto, vencedora da licitação?

3) Quando serão realizadas as obras de recapeamento asfáltico, que teve como vencedora da licitação a empresa Vermelho Construtora de Obras Ltda., no valor de R\$8.686.805,36?

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

## REQUERIMENTO Nº 1743

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de expediente ao senhor Paulinho Dalmaz, Diretor do DER - Departamento de Estradas e Rodagem, solicitando informações referentes às obras realizadas entre os municípios de Itaguajé e Colorado, conforme segue:

1) Qual o valor total repassado pelo Estado para realização das obras de tapa buracos e colocação de lama asfáltica no trecho que liga Itaguajé a Colorado?

2) Qual o valor repassado à empresa Basalto, vencedora da licitação?

3) Quando serão realizadas as obras de recapeamento asfáltico, que teve como vencedora da licitação à empresa Vermelho Construtora de Obras Ltda., no valor de R\$8.686.805,36?

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

## REQUERIMENTO Nº 1744

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando informações sobre as investigações dos gastos em relação às obras do Proem realizadas no Colégio Estadual Nilson Batista Ribas, no ano de 1998, bem como a responsabilidade do ex-diretor e da empresa que prestou os serviços de reforma.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

## REQUERIMENTO Nº 1745

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de expediente a senhora Elizabeth Lobo dos Santos Elpo, Superintendente do INSS no Paraná, solicitando atenção aos casos de Lesão dos Esforços Repetitivos - LER e providências em relação à falta de consideração da equipe de perícia médica no atendimento dos pacientes.

Outrossim, requer, comunicação do feito a Elizabeth Lobo dos Santos Filho, no seguinte endereço: Rua João Negrão nº 11 - 5º andar, Centro-Curitiba/PR, CEP 80010-200.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se justifica no comportamento desrespeitoso que vem sendo dispensado pelos médicos peritos do INSS (em especial do Posto de Cascavel) às pessoas, quando da necessidade de realização de perícia e encaminhamento de afastamento e/ou aposentadoria.

Inclusive, há informações de que há uma determinação da direção do INSS, ignorando a realidade do estado de saúde dos contribuintes.

As pessoas submetidas à realização da perícia são submetidas a humilhação e sofrimento, a cada vez que necessitam enfrentar a malfadada perícia. Observe-se ainda, que no caso LER/DORT, o fator de debilidade psíquica é um dos componentes da doença e que, a cada nova perícia, os médicos contribuem para que o quadro do paciente se agrave. Inclusive, há casos de peritos que agem com brutalidade no exame físico, não bastasse o assédio moral a que submetem o paciente.

Assim, devem ser tomadas providências para que sejam cessados comportamentos desrespeitosos da equipe de perícia médica.

#### REQUERIMENTO Nº 1748

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ao senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, expediente solicitando os seguintes esclarecimentos:

1. Prestação de Contas do Paraná Educação:

1.1. Qual a situação jurídica do Paraná Educação?

1.2. A entidade tem prestado contas? Em caso afirmativo enviar cópia de todos os documentos e pareceres do Tribunal de Contas.

2. Universidade do Professor:

2.1. Qual a situação jurídica da Universidade do Professor?

2.2. A “Universidade do Professor” de Faxinal do Céu tem prestado contas? Em caso afirmativo enviar cópia dos documentos e das prestações de contas, bem como os pareceres do Tribunal de Contas e desde a instalação da “Universidade do Professor” até os dias atuais;

2.3. Quem são as autoridades da “Universidade” e fontes de recursos?

2.4. Houve licitação para escolha da entidade que desenvolveu cursos desde sua instalação até os dias de hoje?

2.5. Qual o valor dos contratos, indicando a autoridade signatária e cópia dos documentos e contratos bem como a relação de beneficiados, indicando atividade que desenvolveu.

3. Consultoria. Existem contratos de consultoria (Pessoas Físicas e ou Jurídicas) no âmbito do Poder Executivo e Entidades da Administração Indireta? Em caso afirmativo, indicar o processo licitatório ou modalidade de contratação; contratos, atividades que desenvolvem e sua importância para o Estado do Paraná e se tal atividade não poderia ser desenvolvida por funcionários do próprio Estado? Indicar ainda a relação de beneficiados e os valores correspondentes desde 1995.

4. Parana Previdência. Qual a situação jurídica do Parana Previdência? Como se procedeu a contratação de servidores e da atual administração? Quais os salários e

outros benefícios pagos à direção do Parana Previdência e aos funcionários?

5. Qual a situação jurídica do Parana Previdência?

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1722

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais da Assembléia Legislativa, do pronunciamento do Exmo. Sr. Deputado Federal, pelo Paraná, Luiz Carlos Hauly, na Sessão Solene em homenagem aos 50 anos de Fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - realizada dia 19 do corrente na Câmara dos Deputados em Brasília.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Dom Jayme Henrique Chemello, presidente da CNBB, à S. Exa. Revma. D Raymundo Damasceno Assis, secretário-geral da CNBB e a S. Exa. Revma Dom Pedro Fedalto, arcebispo metropolitano de Curitiba, bem como ao senhor deputado Luiz Carlos Hauly, em Brasília.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O senhor deputado Luiz Carlos Hauly, lembrou com muita propriedade toda a história do cinquentenário de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Orgulha-se, portanto, este parlamentar em poder requerer para constar nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o pronunciamento do Exmo. Sr. deputado Luiz Carlos Hauly, e legar aos pósteros este exemplo para que sirva de modelo.

O homem possui inato o sentimento religioso.

Um ente superior se impõe, então, à sua inteligência. Esse ente que ele sente palpitar em tudo o que existe, que ele sente palpitar no seu próprio eu, é Deus.

Curva-se diante desse Ser Todo Poderoso e presta-lhe a sua homenagem de criatura para o Criador. Este ato de submissão, essa confissão de humildade e dependência é na sua essência o que se denomina religião.

Unir a religião é o meio de o homem entrar em contato com Deus, daí nascendo as relações que caracterizam o comportamento do ente criado para com o ser Criador.

A história da humanidade é a história da própria religião. Em todos os tempos o homem reverenciou o Ser Supremo e, sem essa crença, a humanidade voltará à condição das feras.

A religião é uma necessidade para o homem. Ela lhe explica a sua origem, a razão e o fim de sua existência.

Cristo é modelo que nos serve de guia.

A nossas tradicionais campanhas da fraternidade, entre elas a irradiação da fome, geração de empregos,

superação de todas as formas de discriminação e o fim da violência e da imunidade.

Amanhã comemoramos o Dia do Migrante, será um dia para refletirmos sobre as migrações forçadas pela falta de alternativas.

Lembramos que nos últimos 40 anos, cerca de 45 milhões de brasileiros tiveram que deixar o campo em direção às cidades, onde vivem na pobreza. “Precisamos nos comprometer com políticas de geração de empregos e de desenvolvimento social e local para que o migrante possa ter a opção de não migrar”.

O fluxo das pessoas de um lado para outro se deve à deterioração das condições de vida dos pobres da terra. Diante dos migrantes, muitos cristãos com consciência adormecida ao abandono da terra natal, como os poderosos, assumem atitudes de preconceito e desrespeito para com eles. Todo o ser humano é valioso diante de Deus, independente de sua origem. Quem age com preconceito não aceita Deus como fundamento de sua vida, e, por isso não acata as causas da injustiça, fazendo-se de surdo ao clamor que brota dos lábios dos humildes e perseguidos. Todos sabemos que quem segue a Cristo e ama a justiça, sempre terá a porta aberta para acolher o irmão que o interpela.

A missão de anunciar o Reino de Deus e denunciar o pecado e suas estruturas é desafio e exigência para todos que professam sua fé em Jesus Cristo.

“O homem se torna mais homem na medida em que se relaciona com Deus e ordena sua vida em direção àquele no qual vivemos, existimos e somos”.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 456/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Municipal Manoel Medina Martins - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Rancho Alegre d'Oeste - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) NELSON TURECK

### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Municipal Manoel Medina Martins - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Rancho Alegre d'Oeste - PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não

tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 457/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública, a Associação das Senhores de Rotarianos de Cruzeiro do Oeste, com sede no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) NELSON GARCIA

### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede na Rua São José dos Pinhais, nº 1700, e foro na mesma cidade, comarca de Cruzeiro do Oeste, é constituída sob forma de sociedade civil, com personalidade jurídica e com duração de tempo indeterminado.

A Associação das Senhoras de Rotarianos de Cruzeiro do Oeste tem por objetivo: manter, dirigir e colaborar com obras e iniciativas por ela julgada meritória; fomentar-se a amizade das sócias, desenvolver programas tendentes a inspirar movimentos análogos em outras comunidades, dar solução a qualquer problema humano de caráter social, ou individual, que chegue ao seu conhecimento e esteja no seu alcance.

Desta forma esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 458/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública, a Associação Casa Protegida Malala Maciel, com sede no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das, em 24.06.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

### JUSTIFICATIVA:

A Associação Casa Protegida Malala Maciel é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito pri-

vado; criada para fins instrutivos e caritativos; a Associação vem realizando um excelente trabalho em favor de pessoas portadoras de necessidades especiais.

A Associação visa oferecer atendimento alternativo aos seus assistidos, que hoje, sem nenhuma perspectiva de vida, possam ter moradia onde lhes sejam dadas condições para se sentirem num lar, onde haja alimentação, educação, vestuário, atendimento médico, possibilitando que, recuperados, se reintegrem perfeitamente à nossa sociedade.

Pela sua luta em busca de uma melhor qualidade de vida e maior justiça social, a entidade é merecedora de ser reconhecida como, de Utilidade Pública Estadual, razão pela qual, solicitamos aos nobres deputados o devido apoio e conseqüente aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 459/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam extintas as carreiras de técnico em telecomunicações e operadores em telecomunicações policiais, passando os seus ocupantes a integrar à 5ª classe da carreira de investigador de polícia, nos termos do artigo 39 da Lei Complementar nº 89, de 26 de julho de 2001.

Art. 2º - As atribuições pertinentes às carreiras ora existentes passarão a ser desempenhadas pelos ocupantes da carreira de investigador de polícia, sem prejuízo dos seus atuais ocupantes.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoioamento:

Luiz carlos Zuk, Carlos Simões, Fernando Guimarães e 2 ilegíveis.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa extinguir a carreira de técnico em telecomunicações policiais e de operador em telecomunicações policiais, e encontra-se amparado pelo artigo 41, parágrafo 3º da Constituição Federal.

Os funcionários que com a extinção das carreiras, ingressarão na carreira de investigador de polícia, estão atualmente desempenhando as funções pertinentes ao cargo, atuando em investigações, diligências, realização de barreiras, prisões, e até serviço de carcereiros, e inclusive trabalhando em equipes, todos em regime de plantões, tanto no Centro de Comunicações-Cecon, capital e delegacias do interior. Se tal situação perdurar, poderá haver interpretação futura e desvio de função, como reconhece o digníssimo delegado Corregedor Geral da Polícia Civil, Dr. Aduino Abreu de Oliveira.

Todos os contatos telecomunicativos policiais são realizados tanto por investigadores, e também pelos dele-

gados de polícia, ficando assim esta função obsoleta. Através do *caput* do artigo 39 da Lei Complementar 89, de 26 de junho de 2001, vemos que não haverá mais necessidade de operadores e técnicos para efetivação desse serviço. Conforme reza o artigo 41, parágrafo 3º da Constituição Federal, e Emenda 19/98 em seu artigo 6º parágrafo 3º.

Ao analisar o parecer do chefe do GRHS/SESP, verificamos que a transposição das carreiras não influirão no orçamento do Estado, visto que o mesmo será onerado em apenas R\$17.842,95 (dezesete mil oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos), incluindo os ativos e inativos. Desta forma será acrescida a carreira de investigador mais 230 vagas, colocando de imediato nas ruas mais de 100 policiais já experientes, pois já exercem as funções pleiteadas.

Assim sendo, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação desta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 460/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Filantrópica da Igreja Evangélica Pentecostal Unida na Missão de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Filantrópica da Igreja Evangélica Pentecostal Unida na Missão de Cristo, com sede nesta capital, é uma entidade sem fins lucrativos, tendo por objetivo a prestação de serviços nas áreas de saúde, alimentação, trabalho, educação e outras, beneficiando pessoas carentes, idosos e crianças órfãs e abandonadas que necessitem de amparo social bem como visa ajudar no tratamento de dependentes de drogas, tabaco e álcool.

Conforme se observa da documentação apensa à presente proposição, a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 461/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Chão Vermelho de Cornélio Procopio, com sede no município de Cornélio Procopio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) HERMES FONSECA

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro de Tradições Gaúchas Chão Vermelho de Cornélio Procópio foi fundado em 11 de março de 1989.

Ao longo de sua existência, tem procurado cumprir os objetivos previstos em seu estatuto, difundindo o folclore, a cultura e tradições brasileiras. Além disso, através de suas freqüentes promoções tem procurado construir o seu patrimônio físico (sua sede) e fazer a integração da comunidade em suas festas.

É, portanto, justificável a proposta que ora apresentamos para reconhecer esta CTG - Chão Vermelho, como uma entidade de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná.

**PROJETO DE LEI Nº 462/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O colete à prova de balas deverá integrar o uniforme dos vigilantes contratados por empresas especializadas em prestação de serviços de vigilância ou de transporte de valores, bem como de empresas que possuem setores próprios para o exercício destas atividades.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da aquisição dos referidos coletes deverão ser custeados pelas empresas.

Art. 2º - Vigilantes, para efeitos desta lei, é o empregado contratado para o exercício de atividades que impeçam ou inibam a atividade criminosas.

Art. 3º - As empresas mencionadas no artigo 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adaptarem às exigências desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

**JUSTIFICATIVA:**

Apresentamos o projeto de lei em tela, atendendo solicitação da Federação dos Vigilantes do Paraná (Fetra-vispp) e do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região Metropolitana, enviada por São João Soares, Presidente da Fetravispp, preocupada com a violência que se espalha em todo o país e no sentido de proteger os Trabalhadores de Segurança Privada do Estado do Paraná.

A presente proposição tem como objetivo oferecer maior segurança aos vigilantes, haja vista o crescente aumento das atividades criminosas em todo país, onde os trabalhadores de segurança enfrentam, constantemente, situações de risco ao protegerem as empresas a quem

prestam seus serviços bem como as pessoas que se utilizam dos serviços oferecidos pelas mesmas.

No Estado do Rio Grande do Sul foi promulgada a Lei nº 11.692/2001, originada do projeto de lei idêntico, aprovado na Assembléia Legislativa.

Desta forma, esta lei visa oferecer maior segurança, protegendo a integridade física e a vida dos trabalhadores da área de vigilância, devido ao perigo a que estão expostos diariamente.

**PROJETO DE LEI Nº 463/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a implantar, definitivamente, o curso de Enfermagem, no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) IRINERU COLOMBO

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando a presente proposição como objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, visando a instalação definitiva do Curso de Enfermagem no Campus de Foz do Iguaçu, o qual está sendo realizado graças a uma parceria entre a Igreja Católica Italiana e a Unioeste, formando os primeiros 36 profissionais de enfermagem que serão inseridos no mercado de trabalho para atender às necessidades urgentes da cidade na área da saúde.

Os hospitais de Foz do Iguaçu bem como os postos de saúde mantidos pelo Poder Público, contam com uma boa qualidade no atendimento à população, necessitando assim, da manutenção definitiva do referido curso na cidade.

O curso de Enfermagem conta com um projeto político-pedagógico, além de um corpo profissional de professores, dispondo de equipamentos e acervos bibliográficos próprios.

Entre alguns fatores que justificam a manutenção do referido curso está o elevado número de atendimentos realizados nas unidades de saúde aos brasiguaios, que comumente buscam assistência à saúde no município de Foz do Iguaçu. Outro fator importante consiste na existência de uma população flutuante - turistas e comerciantes - de aproximadamente 10 mil pessoas por dia que passam pela cidade e procuram o serviço sanitário de saúde, além do grande número de atendimentos à população local.

A população de Foz do Iguaçu hoje gira em torno de 270 mil habitantes e os serviços de saúde que a cidade oferece à população são divididos em públicos, conveniados e particulares, sendo 26 unidades básicas de saúde, 02 hospitais conveniados para os estágios. O grupo que compõem a equipe de enfermagem conta com apenas 78 enfermeiros de nível superior, 76 técnicas de Enfermagem e 620 auxiliares de Enfermagem (ambos nível médio), necessitando, assim de mais profissionais com formação superior em Enfermagem, para atuar com competência técnica e política, desenvolvendo projetos e realizando pesquisa científica, capazes de planejar, coordenar, dirigir, executar implementar, supervisionar o serviço de saúde nos diferentes níveis de assistência em áreas públicas e/ou privadas.

Dadas às expectativas que se colocam, no sentido de melhorias da qualidade de vida para todos, de forma especial para a população marginalizada, fica clara a necessidade da manutenção do curso de Enfermagem na Unioeste, Campus Foz do Iguaçu.

#### PROJETO DE LEI Nº 464/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo Assistencial Alimentação Maior - Nalma, com sede e foro no município de Ibiporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Assistencial Alimentação Maior - Nalma, fundado em 22 de junho de 1993, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e está localizada no município de Ibiporã, Estado do Paraná.

Tem por finalidade a assistência social e estimular o aprimoramento profissional das famílias carentes do município de Ibiporã.

A entidade tem desenvolvido um trabalho no sentido de fornecer gratuitamente refeições e agasalhos às crianças e adultos carentes do município.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a declaração de Utilidade Pública da Instituição.

#### PROJETO DE LEI Nº 465/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo dos Criadores de Simental da Região de Maringá, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

O Núcleo de Criadores de Simental da Região de Maringá foi fundado em 14 de novembro de 1992, com duração ilimitada e sede no Parque de Exposição Francisco F. Ribeiro, à Avenida Colombo, 2186, e foro na comarca de Maringá.

O objeto da entidade é congregar os criadores de gado Simental na Região de Maringá, bem como promover a expansão da raça em todo o Estado do Paraná.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 466/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na circunscrição territorial do 15º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná e 2ª Companhia de Porecatu, o município de Cafeara.

Art. 2º - A implementação da providência prevista no artigo 1º desta lei, importará na imediata desvinculação do município de Cafeara do 4º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme regulamentação a ser definida pelo chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

A exclusão do município de Cafeara da jurisdição do 4º Batalhão para o 15º Batalhão da Polícia Militar, propiciará maior comodidade administrativa para o município de Cafeara, cuja totalidade das relações com o Poder Executivo Estadual, são desencadeadas e acompanhadas através dos Núcleos Regionais de Londrina. O município está vinculado a Maringá tão somente no que respeita à Polícia Militar, através do seu 4º Batalhão.

A medida proposta viabilizará maiores benefícios à coletividade na área da segurança, haja vista a menor distância entre o município e a sede regional da Polícia Militar e, ainda, porque Cafeara é vinculada à comarca de Centenário do Sul, que por sua vez está incluída na circunscrição do 15º Batalhão da Polícia Militar de Rolândia.

#### O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Orlando Pessuti

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, senhores deputados.

Entendo que é oportuno fazermos este nosso pronunciamento, porque, na manhã de hoje, a deputada Luciana Rafagnin e o deputado Ademir Bier e, posteriormente, os deputados Algaci Tulio, Augustinho Zucchi, Nelson Tureck e também nós, tivemos a oportunidade de acompanhar o presidente Hermas Brandão numa reunião que durou duas horas e quarenta minutos, com a presença do secretário Ricardo Smijski, da Secretaria de Estado da Administração e do presidente da APP-Sindicato, professor José Lemos e mais uma dezena de professores, e a presença, também, da assessoria jurídica da APP-Sindicato. Foi, portanto, uma reunião importante que aconteceu e cujos desdobramentos ainda estão acontecendo na sala de recepção da Presidência da Assembléia, onde o professor José Lemos e os demais professores estão fazendo uma avaliação da discussão havida dentro do gabinete do presidente Hermas Brandão, com a presença desta Comissão de cerca de dez professores.

É importante dizer e acredito que o deputado Ademir Bier e a deputada Luciana poderão até contribuir para informar este Plenário, é importante dizer que antes desta reunião, desta audiência do presidente Hermas, do secretário Ricardo e do presidente da APP e demais professores, aconteceu nas dependências de um dos plenários da Casa no Edifício Tancredo Neves, uma reunião que contou com a presença da deputada Luciana, do deputado Ademir Bier com os professores, reunião preparatória àquela que tivemos, posteriormente, com o presidente Hermas Brandão.

E na reunião com o presidente Hermas Brandão e que está respaldada pela presença de centenas de professores aqui entre nós, a grande maioria de professores aposentados - diga-se de passagem, foram 14 itens relacionados como reivindicações ou manifestação de cobrança da APP-Sindicato em relação ao governo, que não teria cumprido com compromissos anteriormente assinados.

E quero relatar para que todos os deputados tenham conhecimento, quais são esses itens que foram abordados na reunião de hoje de manhã. Primeiro no plenário, no subsolo do Edifício Tancredo Neves e, posteriormente, no gabinete da Presidência da Assembléia.

O primeiro assunto debatido, foi a questão da gratificação de cem reais para os aposentados, gratificação essa que é fruto de uma emenda inicialmente apresentada pelo deputado Ademir Bier, na Comissão de Finanças que ele preside e que, posteriormente, se transformou numa proposta de toda esta Assembléia quando foi aprovada pela unanimidade dos deputados estaduais e depois vetada pelo governador Jaime Lerner.

A segunda reivindicação, foi a criação dos níveis PH8 e PI9, todos nós sabemos que a tabela de vencimento dos professores começa com PA1, PB2 e por aí afora e o interesse dos professores e dos trabalhadores da Educação é que sejam criados dois outros níveis, PH8 e

PI9 ou seja o nível 8 e o 9 na tabela de vencimento propiciando um ganho real a mais para os professores e trabalhadores da Educação.

Outra questão é o Quadro Próprio do Executivo que tramita nesta Casa, o PPE, e que para isso já tivemos oportunidade da vinda do secretário nesta Casa, já tivemos discussões no Plenário da Casa, a presença de sindicalistas, como a Sra. Ferrari, o Roberto Silva do Sindiservidores; Sindiseab, DAS, senhores que representam o Sindicato da Saúde e dos Penitenciários, cujos nomes não me vêm à memória, neste momento.

Com referência ao PPE, foi feita uma solicitação que os R\$100,00 dados como abono pudessem ser incorporados, e o enquadramento fosse de acordo com o nível de formação. Uma terceira Emenda, nas disposições transitórias, com relação ao PCCS, que todos fossem aqui enquadrados, ou seja, após a aprovação, pela Assembléia do PCCS dos trabalhadores em Educação, que todos os trabalhadores da Educação fossem para este quadro e não ficassem dentro do PPE.

O quarto item foi a reivindicação de se aprovar o PCCS que está aqui na Casa desde 1988 e para nosso desalento disse o secretário Ricardo Smijisk que não podia discutir se devia aprovar ou não este plano porque ele não tinha conhecimento; não teve tempo de analisar.

Eu achei realmente um absurdo porque é um assunto que já foi levado a ele, secretário, foi levado à ex-secretária, Maria Elisa Paciornick, foi levado ao José Cid Campêllo, Alcení Guerra, Rafael Greca, agora o Guaraci Andrade, já foi levado ao governador e ele disse que não tinha conhecimento, realmente, causou espanto!

O quinto item da pauta de reivindicação diz respeito ao terço de férias. Todos nós sabemos que a legislação estabelece o pagamento do terço de férias em janeiro, mas o governador do Paraná, alegando falta de fluxo de caixa, não tem pago o terço de férias aos servidores do nosso Estado, no mês de janeiro, está pagando, neste ano agora, até novembro. Um escalonamento que faz com que aquilo que deveria ser pago em janeiro é pago até novembro. Um pouquinho diferente do que fez o IPVA dos veículos, lembra, deputado Anibelli? Era de sua autoria a emenda que estabelecia um parcelamento para o IPVA até novembro ou dezembro e eles disseram que não dava porque tinham que concentrar as receitas nos meses de janeiro e fevereiro. Já com os servidores aquilo que é estabelecido para pagar em janeiro eles parcelam até novembro! É uma incoerência em cima da outra!

Com referência ao Fundão, que talvez tenha sido um dos momentos mais polêmicos, porque em 1992 o então governador Roberto Requião instituiu regime único para todos os servidores, de acordo com o que estabelecia também a Constituição Federal de 88. Então todos passaram de emprego público, que era CLT, para cargo público que era o Quadro Próprio do Magistério. Isso através da Lei nº 10.219.

A lei está em vigor; ninguém pediu que ela fosse declarada inconstitucional, mas surgiu aí a situação de

mais de dois mil professores, que estavam sob o amparo dessa lei, que deixaram o emprego público, para serem cargo público, mas que tinham sido contratados posteriormente ao dia 05/10/88, que essas pessoas não estão conseguindo agora se aposentar, não estão conseguindo resolver a sua situação e aqueles que certamente viriam a morrer, não conseguiram, passar para os seus herdeiros e dependentes a condição de pensionistas.

Uma situação realmente muito complicada, é uma situação que precisa realmente ser resolvida, tem alguma possibilidade que o INSS está sugerindo, mas que nós estamos um pouco temerários com essa solução do INSS, porque certamente, atribuiria apenas uma certidão de contagem de tempo, mas não asseguraria de forma alguma, o vínculo empregatício e muito menos a condição de servidor público, no Quadro Próprio do Magistério, o que certamente acarretaria descontentamento e uma situação de intranquilidade.

Outra questão abordada diz respeito aos avanços dentro da tabela de vencimento, dentro da carreira dos profissionais, fruto das pós-graduações, das especializações buscadas através desses professores nas faculdades de Jaboicabal e Batatais.

A Procuradoria Geral do Estado já reconheceu, a Secretaria da Educação já reconheceu, inclusive nos casos de professores que estão ministrando aulas, através de contratos pela CLT, já são remunerados com base nessas especializações, tendo esse diploma como referência, nos casos das aulas extraordinárias também.

Então, tudo aquilo que não depende da Secretaria da Administração, os servidores já estão recebendo, a secretária Saliba está pagando, a PGE está de acordo, a Casa Civil, colocou-se também de acordo, o governo se colocou de acordo, mas existe o posicionamento ainda contrário do secretário da Administração, o senhor Ricardo, e evidentemente que estamos aí com dezenas de professores, centenas, milhares de professores, que estão impossibilitados de fazer os seus avanços dentro da carreira, fruto das especializações obtidas em Jaboicabal e Batatais.

Agora, o que causa espanto, senhores deputados, é que muitos professores, se não me falha a memória, 463 professores, que estão em situação semelhante aos outros tantos professores, Esses 463 conseguiram, e os demais não estão conseguindo, numa disparidade de tratamento para os servidores.

Uma outra questão que foi abordada, diz respeito à questão das aulas extraordinárias. A Resolução nº 3357/2001, do secretário Ricardo, da Secretaria de Administração, suspendeu a contribuição previdenciária, relativa às aulas extraordinárias. Disseram o pessoal da APP, que nesta situação estão cerca de 14 mil professores e mais de mil, desses 14 mil professores, estão ligados à área de ensino especial.

O secretário alega que isso tem a ver com o que dispõe a Emenda nº 20, que é a emenda aprovada na Constituição Federal. Agora o que está acontecendo é

que as pessoas pagam, mas não levam para a aposentadoria esse tempo e essa contribuição. Quer dizer, num tremendo contra-senso, porque acaba prejudicando o servidor. O entendimento dos que estavam lá, é que a Previdência está disciplinada hoje, de forma que a pessoa ao se aposentar, tenha uma média dos seus salários e das suas contribuições. Em se tratando de aula extraordinária, se num determinado ano, não teve aula extraordinária, não tem nada o que levar, mas se naquele ano seguinte teve 20 aulas extraordinárias, teria que levar isso para a aposentadoria.

Então, isso também será visto e esperamos realmente que possa ser resolvido.

Outra questão abordada foi a questão do acúmulo de cargo, que também está havendo tratamento diferente para casos semelhantes. Isso está correlacionado com a Emenda nº 20 da Constituição Federal, onde estabelece que pessoas que já tenham aposentado num primeiro padrão, num segundo padrão possam continuar mediante o ingresso num novo concurso, ministrando aulas, sem que para isso precise continuar contribuindo para a Previdência.

O item décimo que discutimos, foi com relação à hora-atividade. O governador Jaime Lerner, o secretário Alceni Guerra, durante os eventos de 2001, se comprometeram na implantação da hora-atividade no início de 2002, mas até agora não implantou. Implantou apenas 10%, quando a obrigação estabelecida pela LDB é de 20%. O próprio governador José Richa quando implantou o RDT, que de certa forma é uma hora-atividade, naquele momento ele atribuiu a possibilidade de se pagar esses 20% a mais.

A reivindicação é que complemente a implantação da hora-atividade no início de 2003.

Outra questão reivindicada é que o que vem acontecendo em função da municipalização da 1ª à 4ª séries. Os professores do Estado que ministram aulas de 1ª à 4ª séries, estão ficando impossibilitado de trabalhar, porque não estão conseguindo fazer a sua transposição funcional para 5ª à 8ª séries e segundo grau. Falamos isso para aqueles que possuem os requisitos necessários.

Uma outra questão que foi abordada diz respeito à resolução da Secretaria da Educação, que estabelece que o professor que entra em licença médica por um prazo de no máximo 15 dias, ao terminar essa licença ele terá que repor os dias que ele ficou de licença médica. Isso está criando um transtorno muito grande, porque as pessoas que não conseguem repor tem que ser atribuído falta, mas não se pode atribuir falta no dia que corresponde à licença médica. É uma questão que precisa ser ajustada, porque está penalizando os professores!

Outra questão é com relação à derrubada do veto ao projeto do deputado Hermas Brandão, que estabeleceu a anistia das faltas relativas ao movimento de paralisação de 6 de abril de 2001. O projeto foi discutido nesta Casa, foi aprovado por unanimidade e o governador vetou. Entendemos que essas faltas precisam ser anistiadas para



não causar problemas nas aposentadorias. No dia de amanhã o projeto virá na Ordem do Dia para que possamos derrubar o veto e manter o projeto do deputado Hermas Brandão.

O assunto que também foi bastante polêmico foi a questão da revitalização do IPE e o fim desse serviço, o SAS, que na realidade não atende aos interesses de ninguém.

Foi relatado o caso dos servidores de Marechal Cândido Rondon, onde são atendidos em Foz do Iguaçu, a 178 km, quando poderiam ser atendidos em Toledo, que está a 40 km.

A mesma situação dos servidores que moram em Cascavel, reclamam o fato de Cascavel possuir uma estrutura hospitalar das melhores do Paraná, ser um pólo regional de saúde, e os servidores de Cascavel terem que se deslocar para Toledo para serem atendidos na área médica.

É o caso, também, que temos já relatado muitas vezes aqui dos trabalhadores, funcionários públicos da cidade de Ivaiporã e da região administrativa de Ivaiporã, que ao invés de terem um atendimento na própria cidade de Ivaiporã que tem uma estrutura muito boa, hoje, em termos de assistência médica, têm que se deslocar para Campo Mourão, não que nós não valorizemos o que existe na cidade de Campo Mourão, deputado Tureck, mas é o fato que Ivaiporã possui uma estrutura hospitalar igual ou pelo menos semelhante a Campo Mourão e o que dificulta o atendimento das pessoas de Ivaiporã, de Jardim Alegre, de Lunardeli, do Arapuã, de Ariranha, de Cândido de Abreu, de Lidianópolis de Cruz Maltina em Campo Mourão, é o sistema viário.

Não existem horários regulares de ônibus de Ivaiporã para Campo Mourão, existem apenas dois horários, ainda saindo de Ivaiporã e indo por Manoel Ribas, quer dizer, andando, praticamente, quase que 200 km para se chegar a Campo Mourão, quando poderia o atendimento ser feito dentro da própria cidade de Ivaiporã ou então, não sendo possível em Ivaiporã, que se fizesse em Apucarana, para onde temos cerca de 20 horários regulares de ônibus, à distância de 130 km.

Então, existe neste sistema de atendimento à saúde muitas incoerências que precisam ser solucionadas e a reivindicação que se faz é que revitalizemos o IPE, porque com o dinheiro que o Estado está colocando para funcionar o SAS - Sistema de Atendimento à Saúde, daria para, num processo de autogestão, o IPE funcionar melhor do que funcionou até então e esse serviço de atendimento à saúde não funcionar de forma tão precária como está funcionando hoje.

#### **A Sra. Luciana Rafagnin**

Concede um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Querida parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e realmente, tem coisas que são inadmissíveis, como por exemplo, algumas atitudes do governo Jaime Lerner,

principalmente no que se refere ao quadro da Educação.

Isso tudo que o senhor relatou e nessa pauta de reivindicação que foi tratada nesta manhã, nós sentimos muita injustiça.

Quando se fala na incorporação de R\$100,00 (cem reais) no salário, o governo fala que é impossível fazer isso e que estaria ferindo a Constituição. No entanto, quando discutimos o QPPE vemos que o governo fere a Constituição, que não permite que se diferencie, que se trate pessoas com diferenças e sentimos isso, tanto no que se refere à questão do quadro, promoção, ou de progressão salarial.

Nós vemos que o Governo fere a Constituição no QPPE, mas quando é de interesse do Governo, ele fala que não pode ferir a Constituição.

Nós sentimos isso da mesma forma, deputado, e gostaria aqui, de ressaltar um dos assuntos abordados nesta manhã, que nos deixa bastante chocados, que é a questão de um professor quando se licencia, que sua licença vai até 15 dias e ele é obrigado a repor esses dias em aula, mesmo que o aluno não vá para sala de aula e essa é uma situação humilhante para o professor, ele sendo obrigado a ir ao colégio no sábado de manhã ou à tarde, e não tendo aluno sequer para ele poder dar aula, mas ele é obrigado a estar lá para poder repor os dias de licença que ele tirou!

Nunca vi uma coisa dessa e ficamos abismados em ver que isso acontece no Estado do Paraná, acontece com os nossos servidores em educação, com os nossos professores!

Nesse sentido, também, há um grande desrespeito do governo do Estado do Paraná com os nossos aposentados.

Ele trata os aposentados do Estado do Paraná como se eles não precisassem comer, se vestir e viver, não precisassem de remédio, de nada, porque eles não merecem essa gratificação de R\$100,00 (cem reais). Então, lamentamos essas atitudes do governo Jaime Lerner e precisamos, deputado, tanto V. Exa. que esteve lá acompanhando durante toda parte da manhã como também, o deputado Ademir Bier, que acompanhou todo esse processo e mais alguns deputados que passaram por lá, como Algaci Tulio, nos somar com os demais deputados e fazem com que o governo Jaime Lerner tenha conhecimento do que ele está fazendo com a Educação do Estado do Paraná, porque acho que uma pessoa de sã consciência não faz o que o governo Jaime Lerner está fazendo com a Educação do Estado do Paraná.

Então, é preciso que chamemos a atenção do governo Jaime Lerner, para que ele acorde, para que ele veja como que está a educação do Estado que ele está administrando, e que tenha um pouco mais de respeito com todos os servidores do seu Estado!

Muito obrigado.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Agradeço a intervenção da deputada Luciana Rafagnin e digo, senhor presidente, senhores deputados, que realmente temos que estar bastante atentos àquilo que vamos votar nos próximos dias, que diz respeito principalmente à questão do QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo.

Lá, agora há pouco, foi demonstrado o seguinte: no QPPE não estão incluídos os professores.

Lá no QPPE, qualquer servidor de nível universitário, nível superior, que ingressar no Estado, vai ingressar com o salário de início de carreira, ao redor de um mil e quinhentos reais.

Então, por exemplo, o deputado Pessuti, médico-veterinário, qualquer colega seu médico-veterinário que ingressar no Estado, vai ingressar ganhando pelo menos um mil quinhentos reais.

No caso do professor, que também dele se exige um diploma de nível superior, para poder ingressar na condição de professor de 2º grau ou coisa parecida. Ele ingressará tendo no seu Quadro Próprio do Magistério, um início de carreira menor do que trezentos reais, para um padrão de 20 horas.

Então, vejam a discrepância que existe, o tratamento diferenciado que existe para com os professores do nosso Estado.

Não que os mil e quinhentos reais sejam maravilhosos. Não são, inclusive o professor José Lemos mostrou a situação funcional dele com dois padrões, final de carreira, de tempo de serviço e que se fosse aposentado agora, não chegaria sequer àquilo que é estabelecido para o início da carreira dos demais.

O início da carreira para os demais níveis superiores, um mil e quinhentos reais, se ele se aposentasse hoje, nos dois padrões, com 40 horas, não conseguiria mais do que um mil e quatrocentos e cinquenta reais.

Então, tem alguma coisa errada que precisa ser corrigida!

Nessa questão de não poder se pagar os cem reais a título de abono, gratificação aos professores, alegando o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que nós precisamos é conhecer o estudo do Dieese, que diz de forma diferenciada. O Estado diz que não tem a arrecadação suficiente e já estaria com os seus percentuais extrapolados e o Dieese diz que tem um estudo diferenciado e queremos conhecer.

Na questão também de percentuais, nos foi dito que existe uma decisão do Supremo sobre a exclusão das pensões do percentual de 49% de pessoal.

Se for possível excluir desse percentual de 49% que se pode gastar com pessoal, o Poder Executivo, nós teremos pelo menos uma margem de 4 a 5% neste percentual.

Também, segundo nos foi dito, existe já uma decisão superior sobre o pagamento de 1/3 de férias no mês de janeiro, isso também será nos mandado, para que possamos exigir que o Governo também cumpra a sua parte.

Enfim, senhor presidente, senhores deputados, entendo e reafirmo aqui, que nos temos que ter muita cautela, muito cuidado na discussão que estamos fazendo, do QPPE, temos que nos aprofundar e fazer a pressão que for necessária, para que possamos, aqui na Casa, ver aprovado o PCCS, que foi um projeto apresentado em 1998, e que não andou. Que precisa ser esse projeto viabilizado pelas Assembléias, para que os trabalhadores na área da Educação, tenham minorada as suas angústias, os seus sofrimentos.

E vamos nós, amanhã, derrubar o veto do governador, vamos fazer esse trabalho para anistiar as faltas que têm os professores, fruto da paralisação de 06 de abril de 2001, e vamos trabalhar também para derrubar o veto do Governador, no que diz respeito ao abono, à gratificação de cem reais para os aposentados. Não tem sentido, senhores deputados, atribuir-se um abono tão pequeno aos professores.

E diga que é cem reais para quem tem 40 horas, porque quem tem 20 horas só receberá cinquenta reais de abono e não se atribuir isso aos aposentados, que são justamente, aqueles que mais precisam, nessa fase da vida que estão vivendo.

Concedo antes de terminar, ao deputado Algaci Tulio o aparte que me solicita.

**O Sr. Algaci Tulio**

Muito obrigado, deputado Orlando Pessuti, quero dizer da minha satisfação em apartear-lo neste momento, até porque este debate começou já na semana passada em uma reunião lá no plenarinho, onde V. Exa. esteve presente, a deputada Luciana Rafagnin também, quando nós recebíamos os professores, o pessoal da APP-Sindicato para debater a questão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. E, na reunião de hoje, eu não pude estar desde o início, porque estava presidindo a abertura da 4ª Semana de Prevenção Estadual ao Uso de Drogas no plenarinho da Assembléia, recebendo o secretário da Segurança, a vice-governadora Emilia Belinati e mais de uma centena de pessoas que se faziam presentes naquele momento no plenarinho e, ao chegar na sala do presidente da Assembléia e deparar com os itens que eram colocados pelo companheiro José Lemos, presidente da APP-Sindicato, na verdade alguns fatos nos chamaram a atenção.

Alguns fatos já eram do nosso conhecimento em relação a alguns debates da Comissão de Educação, mas quando em um deles em que tomamos conhecimento que o professor ou a professora que se licencia para tratamento de saúde, depois ela tem que repor essas aulas aos sábados, sozinha, em uma sala qualquer de uma escola sem alunos.

Quer dizer, só o fato de ter que repor aulas em função do atestado médico já é, no meu entendimento, uma irregularidade que não se pode admitir e eu não sei de onde a secretária da Educação que ainda, no meu entendimento, é muito mais uma secretária de Economia, uma economista do que uma secretária de Educação, com todo

o respeito à pessoa da secretária, que economizou nesses últimos tempos mais de cento e cinquenta milhões de reais na Educação!

Quer dizer, é uma situação realmente complicada! Não dá para entender! Eu não sei onde encontrou-se o amparo legal para exigir que o professor que pede uma licença para tratamento de saúde, tenha que repor essas aulas depois! Eu queria saber onde é que consta isso, amparada em quê, está a secretária!

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Historicamente, deputado, sempre se repunha o conteúdo.

**O Sr. Algaci Tulio**

Ao conteúdo, sim, mas não às horas-aula.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

O tempo físico não.

**O Sr. Algaci Tulio**

Exatamente!

Então isso, no meu entendimento, é um absurdo que se comete, além dos outros fatos que nós ouvimos, que nós acompanhamos, um momento em que até por três vezes o presidente da APP chorou diante de todos nós pelas injustiças que se cometem aos professores, especialmente àqueles aposentados, onde tem que se fazer, hoje, campanha para enterrar um professor aposentado, uma professora aposentada ou para comprar um remédio para o tratamento de saúde! Este é o quadro lamentável que está aí! Parece-me que o governador Jaime Lerner não está tomando conhecimento, não sabe disso! São decisões tomadas internamente em uma secretaria que, ao que tudo indica, não vão ao conhecimento do secretário de Administração, que até em alguns casos ele falava que não tinha conhecimento - lá, hoje pela manhã, e outros, certamente o governador também não deve estar tomando conhecimento. Quero entender dessa maneira, porque não é possível se cometer tamanho desrespeito aos nossos professores!

Então, eu queria me somar também nessa solidariedade à questão dos professores, à questão da gratificação dos R\$100,00 que não atingiu os inativos, os aposentados e que nós votamos aqui neste Plenário que é uma reivindicação que não é isoladamente de um deputado, mas é de todos nós do contexto aqui desta Casa.

Quer dizer, são esses fatos que precisam ser devidamente esclarecidos para se evitar que novas injustiças sejam cometidas não só aos professores, mas a outros servidores públicos do Estado, como por exemplo, os servidores do Sistema Penitenciário, onde já tombaram quarenta e dois servidores, e cujas viúvas estão hoje vivendo à mingua em função de que alguns benefícios não puderam ser levados para a aposentadoria. E isto, nesta Casa, independente de Situação ou Oposição, não importa,

neste ou no outro governo, nós temos a obrigação de reparar!

Muito obrigado.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Agradeço a V. Exa. e, antes de conceder aparte ao deputado Marcos Isfer, eu quero aqui rememorar uma parte da manifestação que fez aqui o meu colega, o médico veterinário Roberto Carlos dos Prazeres e Silva, que é funcionário da Secretaria da Agricultura e que nós já abordamos isso aqui na Assembléia diversas vezes essa questão de injustiças que o governo comete. Ele concedeu uma gratificação especial ao pessoal do Departamento de Fiscalização da Secretaria de Agricultura, justa, merecida e necessária, mas ao mesmo tempo, cometeu um terrível injustiça com os demais. Quer dizer, não houve por bem corrigir aquilo que era necessário corrigir em relação aos demais servidores, principalmente o pessoal do Derau, porque hoje nós temos assim: agrônomos, veterinários, que trabalham a mesma carga horária, na mesma sala, um recebendo, vamos dizer, um mil, e o outro dois mil, para fazer tarefas assemelhadas. E com uma miséria de dinheiro, não chega, acho, a cem mil reais por mês o valor que seria necessário para corrigir tudo isso!

Então, tem algumas distorções, deputado Algaci Tulio, com as quais não podemos concordar. E a cada dia que passa, a gente mais se apercebe, realmente, de que muitas das coisas que o governo coloca como verdade definitiva, não é bem assim. Foi hoje apresentado, agora, lá, ao final, que o Estado, de 1995 para cá gastou cerca de 100% a mais com a folha de pagamento, que deu um ajuste no salário, nas folhas, em torno de 100%. E o professor José Lemos e os demais colocaram lá que quando começou este governo, o piso mínimo de ingresso no quadro dos professores era ao redor de 2.6, 2.7. Hoje está menos que 2.5, 2.3, se não me falha a memória. O outro professor mostrou que quando se aposentou, há alguns anos atrás, recebia um salário, uma aposentadoria superior a sete salários e que hoje está recebendo uma aposentadoria menor que cinco salários. Quer dizer, está havendo uma perda gradativa. O relatório do Tribunal de Contas mostrou que o Estado está gastando menos com Educação a cada ano que passa. E isso tudo precisa ser trazido a nós e esclarecido.

Concedo um aparte ao deputado Marcos Isfer.

**O Sr. Marcos Isfer**

Agradeço o aparte, nobre deputado Orlando Pessuti, e quero parabenizá-lo pelas suas colocações, porque nós temos notado uma grande distorção por parte do Governo do Estado. Ele cria gratificações, começa a discriminar o servidor inativo, servidor este que construiu o Estado do Paraná. Não podemos esquecer que essas pessoas todas deram as suas vidas pelo Estado do Paraná.

Outro dia ainda eu conversava com o próprio pessoal do DER, e quando se cita aqui professores, falamos

do pessoal da Agricultura, não podemos também esquecer do pessoal do DER que hoje percebe menos, alguns casos, até do que o salário mínimo; é o que tem vindo nas suas folhas de inativos. Alguns vem, um pouco, em redor do salário mínimo. E eram pessoas que percebiam dois, três salários até recentemente.

Então, todo esse desmanche que está acontecendo no Estado, particularmente do funcionalismo, se agrava na hora que vem um plano como este e que deixa de lado todo o setor dos inativos. Então, não podemos, em hipótese alguma, votar apressadamente este plano, porque isso vai causar problemas àquelas pessoas que ficaram fora, e contraria, de qualquer forma, a própria Constituição Federal que diz: “ao servidor inativo deve ser dado o mesmo tratamento que é dado ao servidor da ativa”.

Então, temos que levar isso em conta e efetivamente trabalharmos para isso, porque se nós aprovarmos com o apoio da Bancada do Governo aquela Emenda que dava também aos professores inativos a gratificação, eu acho que, neste momento, nós temos que ter o apoio da bancada do governo também para derrubar o veto que o governador deu, até porque foi feito um acordo de cavalheiros, bem lembra o deputado Algaci Tulio, para que nós pudéssemos, efetivamente, não digo beneficiar, mas fazer justiça aos professores inativos.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço também ao deputado Marcos Isfer.

E para concluir essa nossa participação na tribuna, hoje, senhor presidente, é bom nós também lembrarmos que no dia de amanhã está programada uma grande mobilização das escolas de ensino especial do Paraná, das APAE's e das escolas que cuidam da parte do ensino especial. Novamente, nós teremos aqui professores, nós teremos alunos portadores de deficiência, desfilando em passeata pelas ruas de Curitiba, em prosseguimentos àquilo que já fizeram em agosto do ano passado...

#### O Sr. Marcos Isfer

De um acordo que também não foi cumprido!

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Era isto que eu queria dizer! Em agosto do ano passado quando eles vieram para cá, dos mais diferentes recantos do Paraná, o governo do Estado assumiu um compromisso com relação ao ensino especial, de firmar novos convênios, de pagar também um serviço extraordinário, agora eu não me lembro bem qual o termo, mas o Estado não cumpriu praticamente nada do que havia, se compromissado com o ensino especial do Paraná e mais uma vez as APAE's e as escolas especializadas estão rumando a Curitiba.

O governo tentando esfriar essa mobilização anunciou na sexta-feira, se não me falha a memória, de novo anunciou uma série de medidas visando atender ao ensino especial do Paraná. Eu espero que pelo menos desta vez não seja mais um engodo, não seja mais uma

promessa, porque efetivamente em agosto do ano passado foi só uma promessa, porque não fosse só uma promessa eu tenho certeza que as escolas especiais não estariam voltando a Curitiba.

Prometeu e não cumpriu e certamente estará prometendo agora e não estará cumprindo, porque me parece que esta é uma prática costumeira deste governo.

#### O Sr. Neivo Beraldin

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Orlando Pessuti, V. Exa. faz um oportuno pronunciamento e eu apenas gostaria de ressaltar desse pronunciamento essa questão das escolas de ensino dos alunos especiais.

Olha, quando um governo não cumpre com a sua missão com essa área do ensino especial, o que esperar?

Revolta-nos, deixa-nos muito tristes em constatar que o dinheiro que deveria estar aplicado no Fundef, atendendo a Lei 9424/96, não está sendo cumprida a aplicação do ensino fundamental, o governo declara que está devendo ao Fundef na sua prestação de contas, tudo isto está constatado na prestação de contas.

Agora, o não atendimento às escolas de ensino especial, das crianças deficientes, fica claro aí que há um desvio completamente de conduta, de no mínimo o respeito que um governante tem que ter. Esse é um setor que nunca, jamais poderia mobilizar-se para vir reclamar do governante: assistência, pois é obrigação do Estado e um direito do cidadão especial.

Então, quando nós vimos o ano passado aquela manifestação pública em frente ao Palácio Iguaçu, nós já não acreditamos. Sinceramente, eu pessoalmente, fiquei assistindo e falei - não é possível, o interior se mobilizando com crianças especiais para fazer greve, para receber aquilo que é um direito, um dever do Estado, e agora V. Exa. anuncia que amanhã a história vai se repetir? Isso é uma vergonha para o Estado! Nós temos que imediatamente falar com o governador, ou seja, este Poder, deve se mobilizar por inteiro. Oposição e Situação, para dar um basta nisso! Isso é muito feio, é vergonhoso! Crianças deficientes, orientadores que dão parte de sua vida em prol dessas crianças deficientes, vir reclamar um direito sagrado na Constituição, e sobretudo, no campo ético e moral!

Então, fica muito feio para o poder do povo que aqui está, o Poder Legislativo, ter que assistir em frente ao Palácio Iguaçu, a uma manifestação como esta!

Até sugiro a V. Exa. que acione o nosso presidente Hermas Brandão para que ele intervenha junto ao governo, fugindo ainda à questão Situação-Oposição, no sentido de que possa intermediar isso, porque o Paraná não merece isso, deputado Orlando Pessuti, V. Exa. sabe! Nós não merecemos, como Estado produtor, como Estado geograficamente colocado no mercado do Mercosul!

Todos os caminhos passam pelo Paraná! Um Estado que tem um aeroporto internacional, o Porto de

Paranaguá; um Estado que tem a riqueza que tem, estar com greve de orientador, que dá a vida - como já disse - para os deficientes, é vergonhoso!

Por isso conclamo a V. Exa, que já foi presidente desta Casa, que interfira na condição de poder. O Poder Legislativo não pode permitir que esse governo perca definitivamente o rumo da vergonha!

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado, deputado Neivo Beraldin.

Se estamos entristecidos em verificar que os compromissos firmados em agosto do ano passado não foram cumpridos com o ensino especial, estamos, hoje, muito mais entristecidos em saber que o governo está ligando, pressionando as APAE's do Paraná, para que não venham para cá, em cima dessa nova promessa.

Liguei para mais ou menos dez, para que venham aqui protestar, ou pelo menos, se for o caso, para agradecer, se de fato e verdadeiramente o benefício for a eles atribuídos.

Para falar finalmente em APAE, quero congratular-me com a Região do Vale do Ivaí, especialmente, o município de Cândido de Abreu, que realizou na última sexta-feira, no períodos da manhã e da tarde um importante festival de artes das APAE's daquela região. Presentes estavam as APAE's de Cândido de Abreu, Manoel Ribas, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, São João do Ivaí, Godoy Moreira, Grandes Rios e de Rosário do Ivaí. Todos lá estavam presentes em uma festa maravilhosa. O presidente da Federação, José, também lá estava; a professora Zuleica Resende, de Ivaiporã, que é a coordenadora da região, é a presidenta da APAE, delegada. Foi uma festa maravilhosa, que demonstra a todos nós, que vale a pena a gente ser uma pessoa dedicada ao ensino especial.

Ao finalizar, registro com satisfação a presença neste plenário, do ex-vereador Ciro Dias, irmão do ex-prefeito de Califórnia, Cirineu Dias, que visita a nossa Assembléia, para orgulho e satisfação de todos nós.

Muito obrigado, senhor presidente.

Desculpe-me por ter avançado uns cinco minutos do horário do Grande Expediente, mas como ninguém havia usado o Pequeno, então, fizemos um Pequeno e um Grande Expedientes, em favor do ensino especial e em favor da educação do Paraná.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Senhor presidente, é para anunciar a visita a esta Casa do nosso vereador de Irati, Elvino Laroca, das lideranças: Antônio Leopoldo, da Associação (?), Miguel Rossa e também do Luiz Fernando de Siqueira, membro do PPS de Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

A pedido do deputado Edno Guimarães e também em nome desta Presidência registramos a presença do prefeito Hugo Berti, do município de Moreira Sales e também estendemos os cumprimentos para os nossos visitantes anunciados, pelo deputado Marcos Isfer.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero aproveitar a oportunidade para anunciar as presenças do deputado federal Alex Canziani e também do prefeito da cidade do nosso companheiro, deputado Edno Guimarães, prefeito Flávio Vieira, que honram esta Casa com suas visitas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Todos sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

No Horário das Lideranças:

PL; PSC; PSL; PDT; PT; PPB; PMDB; PFL; PSDB; PTB; PPS; Liderança da Oposição; Liderança do Governo.

(Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, que incentiva o recolhimento de impostos estaduais em atraso e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Existe emenda de plenário com parecer favorável da CCJ.

Vamos votar inicialmente o projeto, e posteriormente, as emendas.

Em votação o projeto.

**Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Responderam à chamada nominal, 34 deputados.

Os senhores deputados que aprovam o Projeto nº 216/2002, em 2ª discussão, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

34 aprovam. Nenhum rejeita. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Substitutivo Geral ao projeto de lei. Os deputados que aprovam a emenda da CCJ, permaneçam como estão. **Aprovada.**

Emendas números 01, 02, e 03. Todas **aprovadas.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 401/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que acrescenta duas vagas conforme especifica a Lei nº 12.904/2000. **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 402/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Para o atendimento do disposto no artigo 1º da Lei nº 12.904, de 31 de julho de 2000, o órgão instituído pela Lei nº 4.978/64, fica acrescido de (02) duas vagas, devendo ser preenchidas obrigatoriamente através de votação e aprovação do plenário e/ou assembléia de associados que designarem o(s) candidato(s).

§ 1º - O mandato de conselheiro do órgão e conselho de que trata a Lei nº 4978/64 será de quatro (04) anos, devendo os atuais conselheiros cumprir seus atuais mandatos, vedada em qualquer hipótese a recondução.

§ 2º - Os representantes de entidades de deliberação colegiada em órgãos e/ou conselhos públicos e/ou privados deverão ser indicados e aprovados pelas respectivas assembléias de associados ou plenário, vedada a indicação de ofício.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 374/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que altera a redação do artigo 1º incisos I e II, da Lei nº 7.275/79 e do artigo 1º da Lei nº 297/1897. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 354/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica do Piquiri, nos municípios de Guaraniaçu e Altamira do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).**

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 486/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que fica autorizada a construção de Pequena Central Hidrelétrica, situada nas divisas dos municípios de Porto Amazonas e da Lapa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/2001, de 26.09.2001).**

**ITEM 06**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 568/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que estabelece, para as concessionárias de abastecimento de água, a obrigatoriedade de instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 568/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica a empresa concessionária do serviço, de abastecimento de água no Estado do Paraná autorizada a instalar, por solicitação do consumidor, equipamento eliminados de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da aquisição de equipamento e sua instalação correrão às expensas do consumidor.

Art. 2º - O teor desta lei será divulgado ao consumidor por meio de informação impressa na conta mensal de água, emitida pela empresa concessionária, nos três meses subseqüentes à publicação da mesma.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

**ITEM 07**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 107/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Ribeirão do Pinhal, os imóveis rurais que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2002, de 11.03.2002).**

**ITEM 08**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DA COPTC. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª discussão. **Aprovada. O projeto irá à Redação Final.**

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, em função da necessidade que se tem de aprovação deste projeto e restando apenas agora a Redação Final, posso garantir a V. Exa. à Bancada do Governo, à Dra. Iara que está aqui acompanhando, que podemos fazer este parecer da Redação Final ainda para amanhã, se V. Exa. desejar, numa Sessão Extraordinária.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concordo com V. Exa.

V. Exa. fazendo o parecer, na sua Comissão, nós colocamos em pauta.

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu o imóvel conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, Nº 01  
PROJETO DE LEI Nº 299/2002**

Art. 1º - O *caput* do artigo 2º da Lei nº 13.425, de 07 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o valor das pensões concedidas a viúvas de ex-governadores, com o acréscimo de parágrafos 1º e 2º, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O valor das pensões de viúvas ou de companheira que comprove união estável como entidade familiar, ficam fixadas em 1/3 (um terço) da remuneração de deputados estaduais”.

§ 1º - No caso de falecimento da beneficiária ou mudança de estado civil, reverterá a pensão em favor dos filhos menores, não emancipados, e aos definitivamente inválidos ou incapazes, quando a invalidez ocorrer antes da maioridade.

§ 2º - No caso de falecimento de deputado estadual, em estado de solteiro, será devida a pensão aos filhos menores legalmente reconhecidos, obedecidos as exigências previstas neste artigo”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

Apoioamento:

Nelson Tureck, Luiz Fernandes da Silva Litro, Serafina Carrilho e Pastor Edson Praczyk.

**O projeto retorna à CCJ.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que complementa a Lei nº 4.763, de 05/11/63, alterada pela Lei nº 13.426, de

07/01/2002. (pensão). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do deputado Fernando Guimarães, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 677/2001, de autoria do deputado Cleiton Kiesle, que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade do Espírito Santo de Laranjal, com sede no município de Laranjal e foro no município de Palmital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 187/2002, de 05/12/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 677/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kiesle, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Caridade do Espírito Santo de Laranjal, com sede no município de Laranjal e foro no município de Palmital.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 677/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Caridade do Espírito Santo de Laranjal, com sede no município de Laranjal e foro no município de Palmital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza ampliação da Pequena Central Hidrelétrica Curucaca, com eixo de barragem localizado no Rio Jordão, município de Guarapuava. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, com votos contrá-**

**rios da Bancada do PT. (Publ. no DA nº 018/2002, de 13/03/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 116/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, visa autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica Curucaca, com eixo de barragem localizado no Rio Jordão, município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 116/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, tem por finalidade autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica Curucaca, com eixo de barragem localizado no Rio Jordão, município de Guarapuava.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Duílio Genari, manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada à manifestação de acordo com o § 3º do artigo 33 do Regimento Interno, emite parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 116/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, visa autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica Curucaca, com eixo de barragem localizado no Rio Jordão, município de Guarapuava-PR.

A matéria já tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, vindo a esta Comissão para manifestação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator



**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que institui o dia 20 de agosto como o “Dia da Votação do Primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular do Estado do Paraná”. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2002, de 26/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 158/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 158/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, institui o dia 20 de agosto como o “Dia da Votação do Primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular do Estado do Paraná”.

Emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 158/2002.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Fundação Força Trabalhista do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2002, de 01/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 173/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Força Trabalhista do Paraná - Fotrapar, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do município de Guaporema, com sede no município de Guaporema e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 248/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do município de Guaporema.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 248/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guaporema, com sede no município de Guaporema e foro no município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2002, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que autoriza a construção de uma mini usina elétrica localizada no Rio São Francisco Falso, no município de Céu Azul. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, com os votos contrários da Bancada do PT. (Publ. no DA nº 051/2002, de 29.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 262/2002

P A R E C E R :

Analisando o Projeto de Lei sob nº 262/2002, de autoria do nobre deputado Elio Lino Rusch, que objetiva a construção de uma Mini Usina Elétrica no Rio São Francisco Falso, no município de Céu Azul, especificamente no lote rural nº 04, da Gleba 03 do Imóvel Guairacá, esta Comissão de Constituição e Justiça, entende não haver óbice à sua normal tramitação, manifestando-se favoravelmente, desde que apresentado na Comissão de Meio Ambiente o respectivo parecer prévio do IAP.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 262/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do nobre senhor deputado Elio Lino Rusch, e objetiva autorizar a construção de uma mini usina elétrica, localizada no Rio São Francisco Falso, no município de Céu Azul.

Procedida à análise da proposição, no que concerne à competência desta Comissão Permanente, nada encontramos que possa impedir a tramitação do presente projeto de lei, estando a proposta em perfeitas condições de merecer a deliberação do soberano Plenário desta Casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Finanças dá seu parecer favorável à proposição em epígrafe, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 262/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Elio Lino Rusch, tem por objetivo autorizar a construção da Mini Usina Elétrica, localizada no Rio São Francisco Falso, no município de Céu Azul.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, a manifestar-se, e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do bairro Gleba- 18 - ASCOMGLE, com sede e foro no município de Mariluz, comarca de Cruzeiro do Oeste - PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA Nº 054/2002, de 06.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 271/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária do bairro

Gleba 18 - Ascomgle, com sede e foro no município de Mariluz, comarca de Cruzeiro do Oeste.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
AO PROJETO DE LEI Nº 271/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade do bairro Gleba 18, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que denomina de Rodovia Gil Azevedo Leal, o trecho da Rodovia PR-082, que liga os municípios de Ivaté, Icaraíma e Porto Camargo ao Estado do Mato Grosso do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2002, de 07.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 294/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre senhor deputado Nelson Garcia, objetiva denominar de rodovia Gil Azevedo Leal, o trecho da PR-082, que liga os municípios paranaenses de Ivaté, Icaraíma e Porto Camargo ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Procedida a análise da proposição nada encontramos que possa impedir o normal processo legislativo da iniciativa, restando a esta relatora a missão de louvar a proposta do nobre parlamentar, pois a lembrança do nome do engenheiro Gil Azevedo Leal é muito oportuna e justa, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, em especial quando de sua estada à nossa Secretaria dos Transportes.

Em sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, manifesta-se favoravelmente ao projeto de lei, opinando pela aprovação da proposta quando da delibera-

ção da matéria pelo soberano Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora.

#### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que confere ao acesso do Contorno Leste da cidade de Cambé, o nome de Madre Leônia Milito. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2002, de 13.05.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 318/2002

P A R E C E R :

##### Relatório

Da autoria do deputado Durval Amaral, o presente projeto visa denominar de Madre Leônia Milito, o acesso do Contorno Leste da cidade de Cambé.

##### Fundamentação

O autor ao justificar a propositura do seu projeto de lei cita a ilibada biografia da religiosa.

De igual modo, relata que a mesma veio a falecer em acidente trágico no local onde se deseja dar seu nome. Como forma de justa homenagem da população daquela cidade aos grandes serviços ali prestados pela madre superiora da Congregação das Missionárias de Santo Antonio Maria Claret, o autor apresenta esta reivindicação junto a este Poder Legislativo.

Outrossim, ressaltamos que a matéria contida no projeto de lei em tela, está consoante com o artigo 238 das Disposições Constitucionais Gerais, da Constituição Estadual, que trata da nomeação e próprios públicos estaduais e municipais.

##### Conclusão

Pela análise acima realizada, posiciona-se este relator em opinar favoravelmente à aprovação do projeto de lei em epígrafe, não encontrando obstáculo legal ou constitucional que possa impedir a normal tramitação do mesmo.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

#### ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação à Maternidade e à Infância, do município de Lunardelli, com sede e foro no município de Lunardelli. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 061/2002, de 15.05.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 335/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Miltinho Pupio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Lunardelli.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 335/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Lunardelli, com sede no município de Lunardelli e foro no município de São João do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Orlando Pessuti e Marcos Isfer.

#### ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de utilidade Pública o Botafogo Futebol Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2002, de 20.05.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 343/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Botafogo Futebol Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 11.06.2002  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Uniluz Universidade Livre para o desenvolvimento Luz do Mundo, com sede e foro no município de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21.05.2002).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 347/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Uniluz - Universidade Livre para o Desenvolvimento Luz do Mundo, com sede e foro no município de Apucarana.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 11.06.2002  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Liga Regional de Futebol de Campo Mourão, com sede e foro no município e comarca de Campo Mourão - PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21.05.2002).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 349/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Liga Regional de Futebol, com sede e foro no município e comarca de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 11.06.2002  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Polivalente de Goioerê - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21.05.2002).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 347/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Polivalente de Goioerê - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 11.06.2002  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, por se tratar de projetos que na 1ª discussão votou-se apenas pela constitucionalidade os Projetos de Lei nºs 294/2002 e 318/2002, necessitam passar pela Comissão de Obras, porque entram no mérito da denominação de trechos de rodovias no Estado do Paraná.

## O SR. PRESIDENTE (Herms Brandão)

Atendendo a solicitação de V. Exa., **encaminhamos os referidos projetos à Comissão de Obras.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1703, de autoria do deputado Herms Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1699, 1700, 1721 e 1723, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1704, de autoria do deputado Herms Brandão, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1706 e 1707, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1709, de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1712, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1716 e 1717, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1719, 1720 e 1754, de autoria do deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1722, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1724, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1727, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1729 a 1731, de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1732, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1733 e 1734, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1736 e 1750, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1737 e 1738, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1741 a 1744, de autoria do deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1745, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1748, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1752 e 1753, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1713, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 194/2002.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 677/2001, 116, 158, 173, 248, 262, 271, 335, 343, 347, 349 e 350/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 351, 352, 353, 355, 357, 363, 407/2002 e do Projeto de Resolução nº 015/2002.

Levanta-se a Sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE JUNHO DE 2002.

Sessão Solene em homenagem aos 50 Anos de  
Fundação da Conferência Nacional dos Bispos do  
Brasil - CNBB - 19 de Junho de 2002

Luiz Carlos Hauly

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) pronuncia o seguinte discurso:

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ao completar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil glorioso meio século de existência - ora condignamente festejado - cabe de plano recorrer às sábias palavras de Dom Raymundo Damasceno Assis, seu secretário-geral, em recente artigo na imprensa, intitulado Cinquentenário da CNBB, que assim se expressou: "sem dúvida, a missão da CNBB continuará sendo a evangelização, isto é, o anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo, em toda a sua profundidade, atualidade, extensão e complexidade".

Evangelização que fazemos questão de enfatizar, ao encontro do escrito do Papa Paulo VI, de saudoso papado, na sua *Evangelii Nuntiandi*, que reza:

“A evangelização não seria completa se não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social dos homens”.

Com certeza, foi esta interpelação recíproca que levou Dom Hélder Câmara, então bispo auxiliar do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, a fundar, a 16 de outubro de 1952, a CNBB, até porque foi justamente com o Monsenhor João Batista Montini, que seria o Papa Paulo VI, com quem Dom Hélder tratou efetivamente do assunto, em nível da Santa Sé.

O próprio Núncio Apostólico, à época, Dom Carlos Chiarlo, foi quem aproximou Dom Hélder e Monsenhor Montini, além de promover encontros regionais de bispos, para sensibilizá-los à idéia. Na reunião fundadora encontrava-se Dom Carlos em pessoa, como também presentes ou representados estavam todos os então 20 arcebispos do Brasil.

Ante uma fundação como esta, cujas raízes foram a plena comunhão entre os altos prelados católicos apostólicos romanos entre si, e entre eles e o Vaticano, cinquenta anos após, outras não poderiam ser as palavras novamente de Dom Raymundo, agora sobre a estrutura da CNBB, cuja semente foi a estrutura da Ação Católica Brasileira, de que Dom Hélder houvera sido nomeado vice-assistente nacional, em 1947. De maneira lapidar, pôde Dom Raymundo afirmar que a estrutura da CNBB “tem como objetivo facilitar e promover o relacionamento entre seus membros, a troca de experiência, o apoio mútuo e a participação e a co-responsabilidade de todos eles em questões e interesse comum”.

É esta participação co-responsável, cuja apoteose foi a vinda do próprio prefeito da Congregação para os Bispos, e presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina, cardeal Giovanni Battista Re, à 40ª Assembléia da CNBB, iniciada em 10 de abril deste ano do cinquentenário, que permitiu que a Assembléia, inspirada na mensagem especial do Papa João Paulo II, trazida por Sua Eminência, melhor avaliasse os 50 anos da Conferência que aqui homenageamos.

Foram passos gloriosos, desde a fundação, em que a Conferência se atinha mais especificamente ao episcopado, até a primeira inflexão, de 1965, em que novos estatutos, elaborados na vigência do Plano de Emergência, e na efervescência dos debates do Concílio Vaticano II, redefiniram a finalidade da CNBB, tornando a ação apostólica não apenas mas expressamente referida ao episcopado, mas à Igreja e à pastoral.

Foram passos corajosos, em que se aprofunda a experiência de “pastoral de conjunto”, em que os problemas se avaliam em variáveis mais amplas e dimensões

mais multifacetadas, recompondo-se as forças apostólicas, até a segunda inflexão, de 1971, em que a necessidade de remodificação estatutária leva a redefinir a doutrina da comunhão eclesial e da co-responsabilidade pastoral, com ênfase maior na operacionalidade e na reestruturação.

Foram passos verde-amarelos, em que a CNBB enfatizou os objetivos para com a Igreja que está no Brasil, promoveu a pastoral de conjunto (ou orgânica) bem como cuidou do relacionamento com os poderes públicos, sempre em entendimento com a Nunciatura, até a terceira inflexão, de 1980. Nesta, o atual Estatuto da CNBB, aprovado pela Santa Sé a 19 de janeiro daquele ano, relança mais explicitamente as diretrizes para uma viva preocupação pastoral, adequando as próprias estruturas às urgências pastorais do País.

Esta explicitação, aliada à “Carta Apostólica Sobre o Terceiro Milênio que se Aproxima”, de 1994, permite compreender à perfeição o objetivo geral da ação pastoral da CNBB aos 50 anos, que se resume como: evangelizar, testemunhando Jesus Cristo, à luz da opção evangélica pelos pobres, e participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da esperança nas diferentes culturas, a caminho do reino definitivo”.

Por isso é que a homenageada, que foi a primeira conferência episcopal a ser criada, aquela que antecipou em 10 anos o próprio Concílio Vaticano II, e que também é a maior conferência do mundo em número de bispos residenciais, teve por moto, na citada 40ª Assembléia, novamente em Itaici (SP), o tema “Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Fome”.

Não foi gratuita a escolha, no ano do cinquentenário. Pelo contrário, vem demonstrando cabalmente que a permanente missão de evangelização da CNBB não exclui outras, adaptadas às diversas circunstâncias históricas - como a da desnutrição.

O que nos faz lembrar a frase de Jesus Cristo, o Salvador, “Nem só de pão vive o homem, mas da palavra de Deus”, e também desde excerto do Eclo 34,20-22: “A vida dos pobres é o pão de que necessitam; quem dele os priva é um assassino.” (Pior que assassino, dizemos nós. Senhores: assassino e pecador! Não tem em si os dons cristãos da misericórdia, da compaixão e da caridade).

A escolha do tema da fome prenuncia-nos o direcionamento das ações da CNBB para o próximo meio milênio: o amor indiscriminado ao próximo, por amor de Cristo-Deus, com o indispensável beneplácito da Santa Virgem, sempiterna Advogada nossa. E amor de ação, haja vista as tradicionais Campanhas da Fraternidade, exemplos vivos de uma vida dedicada a Jesus.

Aos atuais presidente da CNBB, Dom Jayme Henrique Chemello, vice-presidente, Dom Marcelo Pinto Carneiro e secretário-geral, Dom Raymundo Damasceno Assis, nossos parabéns pelos 50 anos de glória,

parabéns que estendo a todo o clero e seu rebanho, ao povo brasileiro, e ao catolicismo contemporâneo, que tem na CNBB uma figura de proa.

Que a CNBB fique conosco por muitos outros cinquentenários, e evangelize-nos sempre. É a nossa

garantia de vida eterna: único caminho de nossa salvação!

Muito obrigado.

(a) LUIZ CARLOS HAULY

Deputado Federal (PSDB-PR)